

Direito constitucional do trabalho na educação profissional e tecnológica: uma proposta para o Programa Mulheres do IFSP

Eduardo de Souza Palma Júnior¹, Amanda Ribeiro Vieira²

Resumo

O presente trabalho aborda o ensino de direito constitucional do trabalho no contexto da educação profissional e tecnológica. Objetivou-se, com esta investigação, desenvolver, aplicar e avaliar uma sequência didática como produto educacional em um curso de formação inicial e continuada, visando contribuir com a formação humana integral e o pleno exercício da cidadania. Para a realização do estudo, a pesquisa foi estruturada em uma abordagem qualitativa, com os procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa participante, haja vista que ela possibilita o envolvimento dos sujeitos de pesquisa durante todo o processo, organizando, refletindo e avançando na busca de soluções para os problemas da sua realidade. A pesquisa foi estruturada em quatro etapas, fundamentadas na proposta de Le Boterf (1999). Como resultados, constatou-se que a sequência didática desenvolvida contribui para uma formação básica em direito constitucional do trabalho na perspectiva da formação humana integral, crítica, reflexiva e cidadã.

Palavras-chave

Curso de formação inicial e continuada. Produto educacional. Sequência didática. Formação humana integral. Cidadania.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de São Paulo, Brasil; coordenador pedagógico na rede estadual de ensino de São Paulo, Brasil; técnico em assuntos educacionais no Instituto Federal de São Paulo, campus Tupã, Brasil. E-mail: eduardo.palma@ifsp.edu.br.

² Doutora em Administração de Organizações pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Brasil com período sanduíche na Universidad de Santiago de Compostela, Espanha; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Sorocaba, Brasil. E-mail: amandarvieira@gmail.com.

Constitutional labor law in professional and technological education: a proposal for the IFSP Women Program

Eduardo de Souza Palma Júnior³, Amanda Ribeiro Vieira⁴

Abstract

This work discusses the teaching of constitutional labor law in the context of professional and technological education. The objective of this investigation was to develop, apply and evaluate a didactic sequence as an educational product in an initial and continuing training course, aiming to contribute to integral human formation and the full exercise of citizenship. To carry out the study, the research was structured in a qualitative approach, with methodological procedures supported by participatory research, given that this enables the involvement of research subjects throughout the process, organizing, reflecting and advancing in the search for solutions to problems in your reality. The research was structured in four stages, based on Le Boterf's proposal (1999). As a result of the research, it was found that the didactic sequence developed contributes to basic training in constitutional labor law from the perspective of integral, critical, reflective and civic human formation.

Keywords

Initial and continuing training course. Educational product. Following teaching. Integral human formation. Citizenship.

³ Master's in Professional and Technological Education at the Federal Institute of São Paulo, Brazil; pedagogical coordinator in the state education network of São Paulo, Brazil; educational affairs technician at the Federal Institute of São Paulo, Tupã campus, Brazil. E-mail: eduardo.palma@ifsp.edu.br.

⁴ PhD in Organizational Administration, Faculty of Economics, Administration and Accounting of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Brazil with a sandwich period at the University of Santiago de Compostela, Spain; professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo, Sorocaba campus, Brazil. E-mail: amandarvieira@gmail.com.

Introdução

A educação como direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988, visa a resguardar o desenvolvimento completo da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 2º, alinha-se à Constituição Federal de 1988, dispondendo que a educação "tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1996).

É importante que os cidadãos possam ter uma formação mínima, conhecer os direitos básicos, que tenham acesso às informações legais necessárias para o exercício da cidadania plena. No entanto, esse conhecimento é restrito a uma pequena parcela da população, inacessível à maioria dos indivíduos, haja vista não haver disciplinas de direito no ensino fundamental e médio.

A formação em direito ocorre apenas em cursos técnicos específicos, tecnólogos e nos bacharelados de direito. Uma pesquisa feita pelo Senado Federal, em 2013, mostrou que apenas uma pequena parcela dos entrevistados avaliava ter elevado conhecimento da constituição (5,3%), já os que avaliaram ter conhecimento médio, foi de 50,8%, baixo conhecimento (35,1%) e nenhum conhecimento (7,8%).

No entanto, o conhecimento básico da Constituição Federal, dos princípios, direitos e deveres previstos, apresenta-se como sendo fundamental para uma formação que possibilite exercitar a cidadania de forma mais efetiva. Nessa perspectiva, a alfabetização jurídica se faz necessária, tendo a educação como ponto central para essa missão (Borba; Blauth, 2010).

Considerando os apontamentos supracitados, o presente trabalho segue nessa perspectiva, de formação integral dos indivíduos, tendo como foco o ensino de noções de direito constitucional do trabalho previstos na Constituição Federal de 1988, em especial, os direitos sociais citados no Art. 6º; os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais elencados no Art. 7º; o direito sindical previsto no Art. 8º; o direito de greve disposto no Art. 9º e as disposições dos Art. 10 e 11.

O público de interesse deste trabalho são mulheres em situação de vulnerabilidade e que são alunas do curso de formação inicial e continuada (FIC) Promotora de Vendas do *Campus Tupã*, que compõe o Programa Mulheres do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

O Programa Mulheres do IFSP tem como meta a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio dos projetos desenvolvidos nos *campi* do IFSP

em parceria com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de cada município. O Programa teve início no ano de 2016 no IFSP, objetivando capacitar profissionalmente mulheres e inseri-las no mundo do trabalho no estado de São Paulo, considerando as demandas de cada região (Instituto Federal de São Paulo, 2020).

O curso FIC Promotora de Vendas conta com 185 horas divididas nas disciplinas: vendas (70 horas); matemática básica (25 horas); informática básica (15 horas); Estado Moderno, movimentos feministas e mapa da vida (15 horas); mundo do trabalho no século XXI (15 horas); libras-atendimento ao cliente (25 horas) e direito (20 horas).

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho foi desenvolver, aplicar e avaliar um produto educacional que auxilie o ensino de direito constitucional do trabalho no âmbito do curso FIC Promotora de Vendas do Programa Mulheres do IFSP, visando a contribuir com a formação humana integral e o pleno exercício da cidadania.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada no *Campus Tupã* do Instituto Federal de São Paulo, no período de 7 de agosto a 22 de dezembro de 2023, durante as aulas de direito do curso FIC de Promotora de Vendas. Inicialmente, o curso contava com 20 alunas matriculadas, mas dada a evasão, apenas onze estudantes o concluíram.

A pesquisa participante foi escolhida como forma de realização do presente trabalho, haja vista que abrange as necessárias ações para o alcance dos objetivos propostos. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 40), a pesquisa participante “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”.

É importante ressaltar que um dos pesquisadores deste estudo foi coordenador do Projeto de Extensão do *Campus Tupã* em 2023, onde o curso FIC Promotora de Vendas foi oferecido e foi responsável por lecionar a disciplina de direito no curso. O planejamento da pesquisa foi estruturado em quatro etapas como mostra o Quadro 1 e considera a proposta de Le Boterf (1999).

Quadro 1 – Relação entre as etapas e dos objetivos específicos da pesquisa

Etapas da Pesquisa	Objetivos Específicos
1 ^{a)} Montagem institucional e metodológica	a) organizar, junto às mulheres participantes do programa, a montagem institucional e metodológica da pesquisa;
2 ^{a)} Estudo preliminar e provisório da região e da população pesquisadas	b) realizar uma atividade diagnóstica preliminar com as estudantes para verificar o conhecimento sobre direito constitucional; c) compreender o ponto de vista das mulheres em relação à própria situação de vida no que diz respeito aos seus direitos; d) realizar o levantamento de dados socioeconômicos e tecnológicos do grupo de mulheres;
3 ^{a)} Análise crítica dos problemas	e) analisar de forma crítica os problemas levantados;
4 ^{a)} Programa-ação e aplicação de um plano de ação	f) desenvolver e aplicar um Produto Educacional sobre direito constitucional que contribua para o desenvolvimento da cidadania das estudantes; g) avaliar o produto educacional desenvolvido e suas contribuições para o desenvolvimento do efetivo exercício da cidadania das estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A primeira etapa do trabalho deu-se a partir da montagem institucional e metodológica da pesquisa participante. Foi realizada uma reunião com as mulheres do curso para debater questões como: objetivos, conceitos, hipóteses, técnica de coleta de dados, tarefas, partilha das decisões, preparação e elaboração do cronograma.

Para a segunda etapa da pesquisa, isto é, o estudo da região e do grupo de mulheres, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados: o questionário, a observação, a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental.

Inicialmente, foi utilizado um questionário como diagnóstico preliminar para averiguar o conhecimento das mulheres em relação ao direito constitucional. O questionário foi elaborado no *Google Forms* e as alunas responderam na sala de informática do *Campus Tupã*, em 25 de setembro de 2023.

A observação e a entrevista semiestruturada visaram a coletar dados relacionados à percepção das mulheres sobre a sua situação de vida, ambas com relação direta com as questões de direito constitucional e de cidadania.

A coleta de dados a partir da observação ocorreu no decorrer do curso, considerando a perspectiva da pesquisa participante. As entrevistas com as alunas ocorreram durante o mês de

outubro de 2023, no *campus* Tupã do IFSP. Foram realizadas entrevistas com onze alunas matriculadas no curso FIC Promotora de Vendas.

A pesquisa documental ocorreu com vistas à coleta de informações básicas referentes aos dados socioeconômicos das alunas, complementada pela técnica da observação durante as aulas. Os dados socioeconômicos e tecnológicos foram obtidos durante o processo de seleção, inscrição e matrícula das estudantes e no decorrer do curso, por meio de observações e diálogos com as estudantes.

Na terceira etapa da pesquisa participante, na análise crítica dos problemas, foi debatido com as mulheres os dados coletados na segunda etapa. Para a realização dessa etapa foi organizado um momento com a mulheres, que visou, conforme aponta Le Boterf (1999, p. 63), “um conhecimento mais objetivo dos problemas e da realidade”. Desta forma, foi reservada uma aula de 60 minutos para diálogo com as estudantes. O momento ocorreu no dia 7 de novembro de 2023, durante o curso no *campus* Tupã do IFSP.

Por fim, na quarta etapa da pesquisa, tem-se, segundo Gil (2002, p. 152), a elaboração do plano de ação com base nas hipóteses formuladas na terceira etapa: “a) ações que possibilitem a análise mais adequada do problema estudado; b) ações que possibilitem melhoria imediata da situação em nível local; c) ações que possibilitem melhoria a médio ou longo prazo em nível local ou mais amplo”.

Nesta etapa, foi desenvolvido, aplicado e avaliado um produto educacional no formato de sequência didática, tratando dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores de acordo com a Constituição Federal de 1988. A sequência didática foi desenvolvida a partir dos dados coletados por meio da observação participante, questionários, entrevistas e pesquisa documental. Portanto, elaborou-se a sequência didática a partir do interesse das participantes, dos problemas verificados na etapa anterior.

A avaliação da sequência didática foi realizada pelas estudantes do curso por meio de um questionário elaborado no *Google Forms* e encaminhado via aplicativo de mensagens no mês de janeiro de 2024. O questionário foi respondido por oito alunas que participaram da pesquisa. Por fim, destaca-se que a pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSP (CAAE: 68689023.5.0000.5473).

Resultados e Discussão

Montagem institucional e metodológica da pesquisa

A montagem institucional e metodológica da pesquisa se deu em sala de aula por meio do diálogo com as estudantes. Assim, foi discutido com as alunas acerca do que se tratava a pesquisa, o que significa uma pesquisa, a proposta relacionada ao direito constitucional, objetivos, conceitos, hipóteses e método, conforme proposta de Le Boterf (1999).

No entanto, verificou-se, como era esperado, a dificuldade das alunas de entender o significado de pesquisa, o porquê de se realizar esta investigação. Portanto, o momento de montagem institucional foi estendido, acrescentando-se mais uma aula para que o assunto pudesse ser melhor absorvido e para que as alunas tivessem a possibilidade de contribuir, sugerir e tirar as dúvidas.

Ao final dessa etapa, considerando as perguntas realizadas e a concordância das alunas em prosseguir e participar da pesquisa, foram estabelecidos os prazos, as etapas, o formato do questionário e da entrevista, a análise crítica, o cronograma, a construção e a aplicação do produto educacional.

Estudo preliminar e provisório da região e da população pesquisadas

Esta segunda etapa da pesquisa foi dividida em três partes, a saber: 1) atividade diagnóstica preliminar com as estudantes para verificar o conhecimento sobre direito constitucional; 2) entrevistas com as alunas para compreender o ponto de vista delas em relação à própria situação de vida no que diz respeito aos seus direitos; e 3) levantamento de dados socioeconômicos e tecnológicos do grupo de alunas.

Atividade diagnóstica preliminar

Como atividade diagnóstica preliminar, foi aplicado um questionário de 23 perguntas sobre direito constitucional e temas relacionados para as quinze alunas matriculadas no curso naquele momento.

A primeira pergunta do questionário “Você já leu ou teve acesso à Constituição Federal do Brasil?” foi disponibilizada com resposta dicotômica do tipo sim ou não. Foram obtidas quinze respostas sim e cinco respostas não. Ao analisar os dados desta primeira questão,

observa-se que a maioria das alunas indicaram já ter lido ou acessado a Constituição Federal de 1988. Um ponto importante em relação a esta questão diz muito sobre o grupo heterogêneo com o qual a pesquisa foi feita. Cabe frisar que algumas alunas já haviam participado do Programa no ano anterior e tiveram contato com a disciplina de direito.

No entanto, mesmo com esses apontamentos e o resultado de respostas positivas para a pergunta 1, cinco alunas nunca tiveram nenhum contato com a Constituição. Por fim, durante o desenvolvimento da pesquisa, com as aulas em andamento, a partir da observação, verificou-se que a maioria das alunas, mesmo as que responderam “sim” tinham pouco conhecimento em relação à Constituição.

A segunda pergunta do questionário “O que você entende por Constituição?”. Ao analisar as respostas obtidas, levando-se em consideração as noções básicas de direito constitucional e o estágio inicial do curso, dentre as quinze alunas que responderam ao questionário, oito delas responderam de forma satisfatória.

A terceira questão, também com resposta dicotômica do tipo sim ou não, foi a seguinte: Você acredita que a Constituição Federal do Brasil é importante para todos os cidadãos? Foram obtidas 15 respostas sim. É interessante notar, que todas as alunas apontaram a importância da Constituição Federal de 1988 para os cidadãos. Isso indica que, mesmo que o conceito possa parecer vago para algumas delas, há o reconhecimento geral da sua relevância, da importância para a sociedade.

A respeito da quarta pergunta “O que é cidadania para você?”, verificou-se que uma aluna respondeu não saber sobre o assunto, outra aluna respondeu que cidadania “é um composto de leis”. Já as demais alunas discorrem sobre a dimensão legal e política da cidadania.

A quinta questão foi direcionada para o tema da democracia (O que é democracia para você?). Na análise específica das respostas desta pergunta, apareceram quatro mais elaboradas. Houve cinco apontamentos mais direcionados aos direitos dos cidadãos, assim como três respostas que abordam questões sobre leis. Por outro lado, uma aluna mencionou não se recordar do assunto, enquanto duas alunas apresentaram respostas confusas e incompletas. Essas diferenças destacam as diversas interpretações do conceito pelas alunas.

O enfoque da sexta questão recaiu sobre a temática dos Três Poderes da União: executivo, legislativo e judiciário (Explique o que são os Três Poderes da União: executivo, legislativo e judiciário?). Apurou-se que três alunas respondentes não souberam discorrer sobre esta temática e uma aluna respondeu de forma incompleta. Entretanto, as demais discentes conseguiram um razoável desempenho nas respostas. Cabe ressaltar que a maioria das alunas

já haviam participado da aula inicial em que, entre outros assuntos, esta temática foi abordada de forma superficial.

No contexto da sétima questão, o tema em discussão foi a dignidade da pessoa humana (O que é dignidade da pessoa humana para você?). Com base nas respostas obtidas, foi possível verificar que as alunas, em sua maioria, foram capazes de responder a esta questão. Quatro alunas apresentaram respostas mais elaboradas, enquanto as demais foram mais sucintas, relacionando o conceito de dignidade da pessoa humana aos direitos dos cidadãos e à questão do respeito. Isso demonstra que as alunas conseguiram abordar o tema, mesmo que de maneira simples e concisa. É notável a compreensão geral sobre o conceito da dignidade da pessoa humana, que, por sua amplitude, facilita a elaboração de respostas.

A oitava questão do diagnóstico foi “Você conhece algum direito fundamental garantido pela Constituição?”. Obteve-se doze respostas sim e três respostas não. Já a nona questão foi “Se você respondeu SIM na questão anterior, indique o direito fundamental mais importante para você?”.

As respostas à nona questão foram diversas: direito à vida; direito à educação; direito à alimentação; direito à segurança; direito ao trabalho; direito à moradia; direito à saúde; direito de votar; direito do salário-mínimo para o bem-estar como pessoa humana; direito à aposentadoria; a lei do feminicídio (Maria da Penha); direito do consumidor. Durante o preenchimento do formulário, as alunas perguntavam sobre o direito fundamental, algumas vezes utilizando exemplos de vida, como situações de trabalho em relação ao salário-mínimo e aposentadoria.

Na questão 10, abordou-se o tema da igualdade, com a seguinte pergunta: “O que é igualdade para você?”. Diante das respostas obtidas, notou-se que, com exceção de duas alunas, as demais estudantes conseguiram elaborar boas respostas à questão, o que demonstra maior proximidade com o conceito.

A pergunta 11 abordou a temática da igualdade de direitos (Você acredita que os direitos constitucionais são aplicados igualmente a todas as pessoas no Brasil?). Foram obtidas duas respostas sim e treze respostas não a esta pergunta. No decorrer do curso, foi perceptível que as alunas compreenderam que estão em situação de vulnerabilidade e que não usufruem de todos os direitos.

Algumas citaram, durante as aulas, a desigualdade na saúde, pois enquanto alguns podem pagar os melhores médicos, elas precisam aguardar muito tempo para conseguir uma consulta no SUS; também colocaram a questão da diferença das aulas na escola pública e

particular. Por fim, citaram a necessidade de procurar ajuda na Defensoria ou pesquisar na internet, pois não tem recursos para contratação de advogados.

Com relação à questão 12 “Você acredita que o conhecimento sobre direitos constitucionais pode melhorar a vida das pessoas?”, verificou-se que todas as alunas responderam sim, o que leva a crer que todas compreendem a importância do conhecimento para a busca e efetivação dos direitos.

Sobre a questão 13 “Você acredita que, estando determinado direito escrito na Constituição, isso garante que será efetivado?”, averiguou-se que duas alunas responderam sim e que 13 alunas responderam não, ou seja, a maioria tem ciência de que a simples previsão no texto constitucional não garante que o direito será efetivado. As questões de efetivação de direitos sociais, evolução, luta e conquista de novos direitos foram trabalhadas posteriormente durante as aulas.

Na questão 14 questionou-se o seguinte “Você acredita que a Constituição Federal do Brasil é de fácil compreensão para a maioria das pessoas?”. A maioria das alunas respondeu que não, e apenas 3 alunas responderam sim a esta pergunta.

Nesse sentido, o conhecimento do direito constitucional, principalmente para mulheres em situação de vulnerabilidade, se apresenta como ferramenta importante para emancipação, transformação e luta por direitos.

Continuando nas questões do diagnóstico, as perguntas 15 a 17 abordaram a temática de acesso à justiça. A questão 15 “Você já teve que lidar com questões legais, como processos judiciais?”, recebeu onze respostas sim e quatro respostas não. Com relação às alunas que haviam lidado com processos judiciais, durante o curso, elas relataram que tiveram problemas legais relacionados à pensão, busca por direitos como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e acesso aos programas de assistência social.

Com relação à questão 16, perguntou-se o seguinte: Você já buscou orientação jurídica para resolver um problema pessoal? Nove alunas afirmaram ter buscado orientação jurídica para resolver um problema pessoal.

Quanto à pergunta 17 “Onde você busca informações sobre seus direitos, observou-se que as alunas deram respostas diversas para essa questão, citando a internet como fonte de informação (oito citações); também relataram buscar informação junto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com duas citações; uma citação da Defensoria Pública e uma citação para outras fontes de informação como: livros, advogados e meios de comunicação.

Durante o curso, descobriu-se que algumas alunas não conheciam a Defensoria Pública e seus serviços. Assim, foram desenvolvidas, em algumas aulas, questões importantes

relacionadas ao acesso à justiça proporcionado pelas Defensorias Públicas, instituição voltada para o atendimento jurídico dos mais vulneráveis.

A questão 18 foi formulada da seguinte maneira: Você já participou de alguma ação, programa educacional ou oficina que abordou direitos constitucionais antes deste curso? Para esta questão, 5 alunas responderam que sim e dez alunas responderam não.

Já na questão 19 perguntou-se: se você respondeu SIM na questão anterior, indique a ação, programa educacional ou oficina que abordou direitos constitucionais antes do curso. Nesta questão, três alunas responderam que já haviam participado do Programa Mulheres do IFSP no ano de 2022. Outras duas alunas indicaram que participaram de outros cursos.

Com relação à pergunta 20 “Em uma escala de 1 (muito pouco confiante) a 5 (muito confiante), o quanto você se sente confiante em seu conhecimento sobre direitos constitucionais?”, cinco alunas responderam que se sentem muito pouco confiantes, três responderam pouco confiantes, seis responderam moderadamente confiantes e apenas uma respondeu bastante confiante.

No tocante à pergunta 21 “Você acredita que é importante para as mulheres conhecerem seus direitos constitucionais?”, todas as alunas responderam sim, reforçando a compreensão da importância do conhecimento apresentado na questão 12.

Sobre a questão 22 “Quão bem você acha que as leis brasileiras protegem os direitos das mulheres atendidas pela Assistência Social do Município, em uma escala de 1 (muito mal) a 5 (muito bem)?”, duas alunas responderam muito mal, dez alunas responderam regular, uma aluna respondeu bem e duas alunas responderam muito bem.

Um ponto importante a frisar é que todas as mulheres do curso são atendidas pela Assistência Social do município e são cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Assim, faz-se necessário pontuar algumas questões que possam melhor contextualizar e esclarecer a compreensão deste cenário: os três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Tupã foram parceiros do Programa Mulheres do IFSP - *campus* Tupã; a parceria dos CRAS na seleção das alunas, assim como na interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento e Direitos Humanos do município foi importante para a ajuda com a distribuição dos passes de ônibus para que as alunas pudessem participar do curso, haja vista que a maioria mora muito longe do *campus*; todas receberam, durante o curso, um auxílio no valor de R\$ 150,00 mensais, durante cinco meses.

No que concerne à pergunta 23 “Deixe seu comentário sobre quais assuntos você tem mais interesse em relação aos direitos das mulheres”, percebeu-se da análise das respostas presentes neste quadro, que a maioria das alunas demonstrou interesse maior nas questões que

envolvem o trabalho, com oito estudantes citando o trabalho diretamente ou a questão salarial. Outros temas também surgiram, como: igualdade, direitos das mulheres, segurança, liberdade, respeito e saúde.

Com base nos dados obtidos por meio do questionário diagnóstico, das observações como professor-pesquisador e no referencial teórico em que se embasou este trabalho, apresentam-se algumas reflexões. No que tange aos conhecimentos prévios a respeito dos direitos constitucionais, percebe-se que, de maneira geral, há uma grande dificuldade de compreensão sobre o tema, desde a própria ideia de Constituição, como também, conceitos e princípios ligados ao tema. Há, sim, o conhecimento superficial por parte de algumas alunas em relação à maioria dos questionamentos realizados. No entanto, algumas discentes apresentaram certas dificuldades para responder as questões, apresentando respostas incompletas e/ou confusas, o que tornou o curso, bem como o desenvolvimento e aplicação da sequência didática, um desafio.

Quando se pensa em educação na perspectiva da formação humana integral, em concordância com Ramos (2014), Ciavatta (2005) e numa pedagogia para emancipação, conforme Freire (1987), nota-se que o conhecimento do direito constitucional e seus princípios, principalmente a dignidade da pessoa humana, podem contribuir no percurso formativo dessas mulheres. Assim, quando as alunas, de forma coletiva e dialógica, optam pelas questões mais específicas dos direitos sociais com enfoque no direito constitucional do trabalho, percebe-se a relevância do tema para a realidade dessas alunas.

Entrevistas

As entrevistas com as onze estudantes ocorreram no decorrer do curso e de forma individual. A ação foi gravada, com as devidas autorizações das estudantes e, posteriormente, transcritas para a análise. Pontua-se também, assim como em outros momentos da pesquisa participante, que foi utilizada a técnica da observação participante, com as devidas anotações pertinentes. O objetivo das entrevistas foi compreender a perspectiva das mulheres sobre a própria realidade em termos de direitos.

As questões que nortearam as entrevistas foram: 1) Comente um pouco sobre a sua vida: trabalho, educação, saúde, acesso à justiça, moradia, alimentação, lazer, transporte, assistência social; 2) comente um pouco sobre os direitos que você considera mais importantes. As entrevistas foram aplicadas com onze alunas do curso.

As entrevistas foram importantes, não apenas para coleta de dados, mas para a aproximação e troca entre professor-pesquisador e as estudantes. Dessa maneira, a entrevista foi realizada na forma de diálogo para que as alunas pudessem se sentir mais à vontade para comentar. Finalmente, a análise dos dados teve foco na área do direito constitucional do trabalho, considerando o caminho escolhido pelas estudantes.

Em relação à primeira questão, verificaram-se as diversas dificuldades que estas mulheres tiveram em suas vidas, desde questões de acesso à saúde, alimentação e educação, bem como na área do trabalho.

A aluna A, por exemplo, respondeu sobre as questões de trabalho: “não trabalhei registrada, apenas bico”. Percebe-se nesta questão, o drama do emprego, da informalidade. Já a aluna B, aponta que teve diversos problemas de saúde e que começará receber o BPC. Por sua vez, a aluna C comenta que o direito “deveria ser mais inclusivo” para pessoas com deficiência e relata que “a gente quer se sentir útil dentro do mercado do trabalho”. A aluna C aponta que os empregadores não querem contratar alguém que, em certos momentos, precisará de cuidados especiais de saúde.

A aluna D conta que a vida inteira foi excluída, e que só teve uma patroa que a tratou bem, disse que nunca foi valorizada e que já passou por diversas situações complicadas no trabalho. Ainda em relação às questões do trabalho comentadas pelas alunas durante a entrevista, a aluna E esclarece que: “a gente vai atrás do nosso direito e acaba perdendo”. Esta estudante explica que é importante conhecer os direitos. Concluindo a questão referente ao trabalho, a aluna F explica que teve e ainda tem diversos problemas no trabalho, que ela considera errados: “muito tempo você trabalhando e pouco tempo você descansa, muita coisa errada”.

Ao se analisar os apontamentos das alunas, percebe-se claramente a insatisfação com as vivências relacionadas ao trabalho. Diversas questões atuais referentes ao mundo do trabalho podem ser verificadas, como: informalidade, BPC, inclusão, desrespeito, desvalorização, acesso a direitos, jornada de trabalho exaustiva. Ao analisar estas respostas, percebe-se a questão do trabalho precarizado apontado por Antunes (2009), bem como a exploração pelo capital.

[...] nas últimas décadas o trabalho feminino vem aumentando ainda mais significativamente no mundo produtivo fabril. Essa incorporação, entretanto, tem desenhado uma (nova) divisão sexual do trabalho em que, salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de

maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino. Consequentemente, a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime de *part time*, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas (Antunes, 2009, p. 108).

As condições precárias e a exploração são maiores quando se fala do trabalho das mulheres. A esta situação, podem ser acrescentados dados apontados por Tainã Góis (2021) com relação aos desdobramentos do cenário da pandemia:

[...] os direitos das mulheres retrocederam, no último período, pelo menos 30 anos no Brasil. Em âmbito global, a Comissão da ONU sobre a situação das mulheres aponta para perda de 100 anos de conquistas. Até o segundo semestre de 2020, 8,5 milhões de mulheres deixaram o mercado de trabalho no Brasil, passando a compor, segundo IBGE, apenas 45,8% do mercado de trabalho, o menor índice desde 1990. Maioria nos trabalhos de contratações precárias, foram as primeiras a perder seus empregos quando os setores de serviços, alojamento e alimentação e trabalhos domésticos foram encolhendo. Segundo dados extraídos do Caged, de abril a dezembro de 2020, no balanço geral, o saldo foi positivo para os homens, que ocuparam 168 mil novos postos de trabalho – enquanto isso, 94,9 mil colocações ocupadas por mulheres foram eliminadas (Góis, 2021, n. p.).

Considerando os apontamentos da autora, as discussões elencadas por Antunes (2009) – e relacionando-as com os dados da pesquisa –, observa-se que, infelizmente, as más condições de trabalho das mulheres, já precarizadas, avançaram ainda mais nos últimos anos.

No que tange à segunda questão das entrevistas, perguntou-se a respeito daqueles direitos que elas consideram mais importantes. Entre os direitos citados estão: direito a saúde (seis indicações), direito ao trabalho (quatro indicações), direito a educação (quatro), direito à aposentadoria (uma), direito a saneamento básico (uma), direito ao lazer (uma), direito à dignidade (uma). Importante pontuar que foram apresentadas todas as indicações que as alunas apontaram no diálogo, ou seja, algumas falaram mais de um tema que consideravam importantes.

Levantamento de dados socioeconômicos e tecnológicos do grupo de mulheres

O Quadro 2 mostra as informações mais importantes e relevantes para o trabalho em relação ao grupo das estudantes participantes da pesquisa.

Quadro 2 – Dados socioeconômicos das estudantes participantes da pesquisa

Identificação da aluna	Atendimento pelo CRAS	Cadastro no CadÚnico	Escolaridade	Situação laboral	Possui filhos
Aluna A	Sim	Sim	Ensino fundamental completo (cursando o ensino médio)	Não trabalha	Não
Aluna B	Sim	Sim	Ensino médio completo	Trabalhadora informal	Sim
Aluna C	Sim	Sim	Ensino médio completo	Trabalhadora informal	Sim
Aluna D	Sim	Sim	Ensino fundamental completo (cursando o ensino médio)	Não trabalha	Não
Aluna E	Sim	Sim	Ensino médio completo	Não trabalha	Não
Aluna F	Sim	Sim	Ensino médio incompleto	Trabalhadora informal	Não
Aluna G	Sim	Sim	Ensino médio completo	Não trabalha	Sim
Aluna H	Sim	Sim	Ensino médio completo	Trabalhadora formal	Não
Aluna I	Sim	Sim	Ensino médio completo	Aposentada	Sim
Aluna J	Sim	Sim	Ensino fundamental completo	Trabalhadora informal	Sim
Aluna K	Sim	Sim	Ensino médio completo	Trabalhadora informal	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Analizando o Quadro 2, percebe-se que todas as alunas são atendidas pelos CRAS (critério de seleção do Programa); todas são cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), todas têm, ao menos, o 9º ano completo (critério de seleção do Programa), havendo sete alunas com o ensino médio completo, duas cursando o ensino médio, uma com ensino médio incompleto e uma com o fundamental completo; cinco alunas são mães; cinco são trabalhadoras informais, uma é celetista e uma é aposentada.

Vale mencionar que ser atendida pelo CRAS e possuir o cadastro no CadÚnico, era um dos critérios estabelecidos no Edital de seleção das alunas do Programa Mulheres do IFSP, que é exatamente voltado ao público de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Com base nesses dados, é possível estabelecer conexões entre a trajetória educacional dessas mulheres e as questões de exploração do capital destacadas por Antunes (2009). Conforme indicado no Quadro 2, as alunas concluíram apenas o ensino médio ou fundamental, sem que nenhuma delas tenha frequentado curso técnico ou superior.

Nesse sentido, a formação humana integral revela-se fundamental, na medida que possibilita a formação não apenas para determinada atividade, mas a formação global, para a cidadania plena, para a vida política do seu país, conforme apontado por Ciavatta (2005).

Já nos aspectos relacionados ao mundo do trabalho, a superexploração, jornada dupla e demais mazelas pontuadas por Antunes (2009), auxiliam na compreensão das questões relacionadas ao tempo na rotina dessas mulheres, que trabalham em seus empregos, em casa com os afazeres domésticos, cuidam dos filhos, dos pais, dos acamados. Nesse contexto, educação, informação e política escapam das possibilidades e realidades vividas.

Durante os diálogos realizados ao longo do curso, as alunas apontaram preocupações relacionadas à sobrecarga de trabalho e outras responsabilidades. Aquelas alunas que estavam empregadas relataram a dificuldade de conciliar suas atividades profissionais com as demandas domésticas, evidenciando que, mesmo após o trabalho, ainda precisam lidar com os afazeres de casa. Além disso, as alunas que são mães relataram que devotam muito tempo e dedicação para cuidar dos filhos, frisando que as responsabilidades com os filhos exigem um esforço adicional significativo.

Outro aspecto importante é a questão da evasão do curso, que em alguns casos foi motivada pela distância e pelas dificuldades de locomoção, bem como pela necessidade de ajustar os horários de trabalho e os cuidados com os filhos. Para algumas alunas do curso, o desafio de levar os filhos até o *campus* foi difícil devido à falta de suporte para deixá-los sob cuidados de terceiros, já que muitas não têm recursos para custear esse serviço. As aulas do curso Promotora de Vendas ocorreram de segunda-feira a quinta-feira, das 18h30min às 21h45min, durante cinco meses em 2023.

Análise crítica dos problemas

Este é o momento da pesquisa, conforme etapas propostas por Le Boterf (1999), em que os problemas considerados prioritários que as participantes da pesquisa desejam estudar são debatidos de forma coletiva, após o desenvolvimento das etapas anteriores.

Para este momento, foi reservada uma aula para possibilitar o diálogo com as alunas a partir de todas as questões discutidas até o momento, principais dificuldades, interesses, problemas levantados e possibilidades. Foi elaborada uma apresentação para subsidiar as discussões, assim, foram expostos os maiores destaques do diagnóstico realizado, as principais questões apontadas nas entrevistas, as sugestões e problemas levantados durante as aulas anteriores.

Após diálogo com as alunas, sugestões encaminhadas, problemas estudados e interesses, optou-se por favorecer um avanço nos estudos com foco no direito constitucional do trabalho, pois esse foi o tema central nas atividades realizadas (questionário e entrevistas), bem como uma pauta que acompanhou as discussões durante praticamente todas as aulas da disciplina. As alunas demonstraram muita vontade de conhecer mais detalhadamente as questões do trabalho. Portanto, decidiu-se como plano de ação imediato a preparação de um produto educacional que possibilitasse contribuir com essa demanda, isto é, uma sequência didática sobre direito constitucional do trabalho.

Programa-ação e aplicação de um plano de ação

Esta etapa da pesquisa foi dividida em duas partes, a saber: 1) desenvolvimento e aplicação de um Produto Educacional sobre direito constitucional; 2) avaliação o produto educacional desenvolvido e suas contribuições para o desenvolvimento do efetivo exercício da cidadania das estudantes.

Desenvolvimento e aplicação do produto educacional

Neste tópico é apresentado o produto educacional elaborado a partir do desenvolvimento da pesquisa, isto é, uma sequência didática que proporcione noções básicas de direito constitucional do trabalho.

Para Zabala (2014, p. 24), as sequências didáticas são “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

Para uma melhor compreensão deste produto educacional, algumas explicações se mostram necessárias: 1) foi elaborado num determinado contexto, voltado para mulheres das classes populares com pouca escolaridade, pois este público já estava previsto no Programa “Mulheres do IFSP”, onde as ações são direcionadas para a qualificação desses sujeitos; 2) o tema da sequência didática (direito constitucional do trabalho) foi escolhido pelas mulheres do curso a partir do desenvolvimento das etapas da pesquisa, fundamentadas na proposta de Le Boterf (1999); 3) as etapas da pesquisa que fundamentaram a construção da sequência didática foram montagem da pesquisa, estudo preliminar da região e da população, análise crítica dos problemas e plano de ação; 4) o conteúdo central de direito constitucional do trabalho desenvolvido nessa sequência didática foram os Art. 6º ao 11 da CF/88; 5) a aplicação se deu com um grupo de onze alunas; 6) a sequência didática foi aplicada ao longo de duas semanas (de 04/12/2023 a 14/12/2023), utilizando-se 9 aulas de 60 minutos cada.

No que se refere ao desenvolvimento da presente sequência didática, esta foi baseada na unidade 4 do livro “Prática educativa: como ensinar”, elaborado por Zabala (2014). A escolha da unidade 4 se deu em razão das possibilidades e abrangência, haja vista que contempla, na maioria das atividades, conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Entendeu-se que a proposta escolhida estava em sintonia com os objetivos da pesquisa, possibilitando a formação integral das alunas, trabalhando as diferentes capacidades da pessoa.

Para o desenvolvimento da sequência didática, foi realizada a adaptação necessária do modelo proposto por Zabala (2014), considerando-se o perfil das alunas, o contexto, a quantidade de aulas, os conhecimentos prévios, as etapas e os objetivos da pesquisa como mostram os Quadros 3 e 4.

Quadro 2 – Sequência didática – Elaborada com base na proposta da Unidade 4 (Zabala, 2014)

Público-alvo	Alunas da disciplina de direito do curso FIC Promotora de Vendas do Programa Mulheres do IFSP.
Objetivo	Apresentar uma proposta que auxilie no processo de ensino-aprendizagem sobre direito constitucional do trabalho e que contribua para o desenvolvimento da cidadania das estudantes.
Total de aulas	9 aulas de 60 minutos.

Recursos didáticos	Quadro e giz; data show; materiais escolares (cartolina, <i>post-it</i> ; canetas <i>etc</i>).
Atividades	Aula expositiva dialogada; documentário; trabalho em grupo; apresentação e diálogo sobre os problemas e questões elencados pelos grupos; elaboração de mapa conceitual; pesquisa bibliográfica; entrevista com trabalhadoras; apresentação dos grupos em relação às conclusões que se referem às questões e aos problemas propostos a partir da busca de informações; aula expositiva dialogada (com as contribuições do grupo e as conclusões obtidas); lista de exercícios de memorização; prova.
Avaliação	Avaliação formativa: inicial, reguladora, final e integradora. Avaliação que abrange a categoria conceitual, mas também as procedimentais e atitudinais como conteúdos de aprendizagem. A partir das observações que o professor fez ao longo da unidade e a partir do resultado da prova, este comunica aos alunos a avaliação das aprendizagens realizadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 3 – Sequência didática – Aulas, etapas e atividades

Sequência didática: direitos das trabalhadoras e trabalhadores conforme Constituição Federal de 1988		
Conteúdo: Evolução dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; Direitos das trabalhadoras e trabalhadores na Constituição Federal de 1988.		
Aulas	Etapas (Unidade 4 - Zabala)	Atividades
1	1. Apresentação por parte do professor ou da professora de uma situação problemática em relação a um tema 2. Proposição de problemas ou questões	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problematização; ▪ Leitura de texto; ▪ Aula expositiva dialogada; ▪ Análise de notícias.
2	1. Apresentação por parte do professor ou da professora de uma situação problemática em relação a um tema 2. Proposição de problemas ou questões	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problematização; ▪ Leitura de texto; ▪ Aula expositiva dialogada; ▪ Análise de notícias.
3	1. Proposição de problemas ou questões 2. Explicitação de respostas intuitivas ou suposições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentário: Varredeiras; ▪ Anotações no <i>post-it</i>; ▪ Trabalho em grupo sobre principais pontos da aula e do documentário (proposição de problemas ou questões); ▪ Pesquisa.
4	1. Proposição de problemas ou questões 2. Explicitação de respostas intuitivas ou suposições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentário: Varredeiras; ▪ Anotações no <i>post-it</i>; ▪ Trabalho em grupo sobre principais pontos da aula e do documentário (proposição de problemas ou questões); ▪ Pesquisa.

5	1. Explicitação de respostas intuitivas ou suposições 2. Proposta das fontes de informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação e diálogo sobre os problemas e questões elencados pelos grupos; ▪ Orientações e encaminhamentos para busca de informação (coleta de dados) a partir dos diálogos; ▪ Possibilidades: pesquisa bibliográfica; entrevista com trabalhadoras; elaboração de mapa conceitual etc.
6	1. Busca da informação 2. Elaboração de conclusões 3. Generalização das conclusões e síntese 4. Exercícios de memorização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação dos grupos em relação às conclusões que se referem às questões e aos problemas propostos a partir da busca de informações; ▪ Aula expositiva dialogada (com as contribuições do grupo e as conclusões obtidas, o professor estabelece as leis, os modelos e os princípios que se deduzem do trabalho realizado); ▪ Exercícios de memorização.
7	1. Busca da informação 2. Elaboração de conclusões 3. Generalização das conclusões e síntese 4. Exercícios de memorização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação dos grupos em relação às conclusões que se referem às questões e aos problemas propostos a partir da busca de informações; ▪ Aula expositiva dialogada (com as contribuições do grupo e as conclusões obtidas, o professor estabelece as leis, os modelos e os princípios que se deduzem do trabalho realizado); ▪ Exercícios de memorização.
8	9. Prova ou exame	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação do exame para as alunas.
9	10. Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião com as alunas para conclusões sobre os resultados obtidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O produto educacional foi elaborado considerando também os três eixos debatidos por Kaplún (2003) para análise e construção de mensagens educativas: conceitual, pedagógico e comunicacional. O eixo conceitual diz respeito aos conteúdos em si, sua seleção e organização. Já o eixo pedagógico refere-se ao público-alvo que se quer atingir, verificando suas ideias construtoras e os possíveis conflitos conceituais a provocar. Finalmente, o eixo comunicacional

está diretamente relacionado à relação com os destinatários, os caminhos necessários, o momento de criatividade.

Na análise da relação dos eixos colocados por Kaplún (2003), neste trabalho, o eixo conceitual ocorre na escolha dos conteúdos, que se deu, de forma coletiva, respeitando as expectativas das alunas. No âmbito pedagógico, a proposta da sequência didática correspondente aos direitos das trabalhadoras e foi desenvolvida aos poucos, com o progresso das etapas, possibilitando verificar as ideias preexistentes, construtoras, bem como suas vivências, para então prosseguir na construção de novas percepções. O eixo comunicacional foi considerado nas escolhas do material, no roteiro da sequência, nos anseios observados e nos conhecimentos prévios das alunas.

Avaliação do produto educacional

O questionário de avaliação do produto educacional contendo cinco questões foi respondido por oito alunas. Na primeira pergunta “Em uma escala de um (muito pouco) a cinco (muito), as aulas e atividades realizadas sobre direito constitucional do trabalho te ajudaram a compreender melhor as questões relacionadas ao tema?”, verifica-se que o resultado foi positivo, haja vista que cinco alunas consideraram que as aulas/atividades propostas na sequência didática ajudaram muito na compreensão dos temas referentes ao direito constitucional do trabalho.

É pertinente relembrar que se trata de um produto educacional com intenção de uma formação básica, voltado a um público específico, propício para se utilizar em cursos de formação inicial e continuada. No entanto, caberá à educadora ou ao educador, que pretenda replicar este produto educacional, realizar as adaptações necessárias, a depender do contexto.

Na segunda pergunta “As metodologias de ensino utilizadas foram agradáveis e ajudaram na aprendizagem?”, cinco alunas indicaram a opção bastante e três apontaram a alternativa muito. Assim, de acordo com a percepção das estudantes, as metodologias de ensino utilizadas ajudaram na aprendizagem.

Na terceira pergunta “As atividades realizadas (documentário sobre as varredeiras, anotações no *post-it*, debates, mapa conceitual, entrevista com a trabalhadora e apresentações) ajudaram a despertar seu interesse no assunto?”, seis estudantes escolheram a alternativa “muito” e duas alunas optaram pela alternativa “bastante”, indicando que as atividades organizadas na sequência didática ajudaram a despertar o interesse no assunto.

Na quarta pergunta “A Sequência Didática (aulas e atividades realizadas) sobre direito constitucional foi atrativa?”, sete alunas responderam muito e uma estudante respondeu bastante. Isto mostra que para este grupo de estudantes a sequência didática sobre direito constitucional foi atrativa.

Por fim, na quinta pergunta “As aulas e atividades realizadas sobre direito constitucional do trabalho contribuíram para sua formação crítica, reflexiva e cidadã?”, duas estudantes responderam bastante e seis responderam muito. Os resultados revelam que as alunas entendem que houve contribuição da sequência didática para a formação crítica, reflexiva e cidadã.

Em síntese, pode-se concluir que, de modo geral, a sequência didática desenvolvida, de acordo com a avaliação das alunas do curso, foi satisfatória.

Considerações finais

As questões de direito constitucional do trabalho, assim como toda a temática dos direitos trabalhistas, evolução e luta por direitos das trabalhadoras e trabalhadores, são assuntos que precisam ser pautados, discutidos e pesquisados, haja vista os reflexos na vida de todos os cidadãos e os retrocessos observados no Brasil nos últimos anos. Nesse cenário, o conhecimento relacionado a estas questões pode ajudar na luta por efetivação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

No que tange aos resultados da pesquisa, observou-se, a partir do desenvolvimento da investigação, da construção e aplicação do produto educacional, bem como da análise das avaliações realizadas pelas discentes e por docentes do Instituto Federal, que o material elaborado teve êxito na contribuição para uma formação humana integral, reflexiva, crítica e cidadã das mulheres do curso.

Assim, a presente pesquisa avançou, mesmo com os limites observados, tais como o número reduzido de mulheres participantes, o contexto do curso de formação inicial e continuada e a temática mais restrita a cursos específicos, distantes da realidade do grupo. Nesse sentido, objetivou-se, de forma inicial, contribuir com esse tipo de formação para grupos de mulheres das classes populares.

Dante disso, a presente investigação pode contribuir com futuros trabalhos na linha da pesquisa participante, com objetivo de realizar estudos junto aos grupos desfavorecidos e buscando soluções a partir dos problemas elencados por esse público. A sequência didática é apenas um produto educacional, elaborado em conjunto com as mulheres participantes, mas

que pode ser replicada em outros contextos, com as adaptações necessárias, considerando a realidade em que estão inseridas.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BORBA, D. J.; BLAUTH, F. N. L. A Educação para o exercício da cidadania: uma análise crítica e transdisciplinar do analfabetismo jurídico. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Publicadireito, 2010. p. 2.872-2.885. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3968.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005. DOI 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÓIS, T. Sejamos todas e todos feministas. **Blog do Souto Maior**. 8 mar. 2021. Disponível em: https://www.jorgesoutomaior.com/blog/sejamos-todas-e-todos-feministas#_ftn1. Acesso em: 7 jan. 2024.
- INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Qualificação e inclusão socioprodutiva de mulheres no Estado de São Paulo (Projeto)**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prx/Mulheres/Projeto_MulheresIFSP_SNPM.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.
- KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, 2003. DOI 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. H. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014. (Coleção Formação Pedagógica v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp->

<content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SENADO FEDERAL. 25 anos da Constituição. **DataSenado**, 27 out. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/brasileiros-reconhecem-importancia-da-constituicao-cidada>. Acesso em: 20 out. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Secretaria de Comunicação Social. Constituição de 1988 consolidou direitos dos trabalhadores. 1988. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/constituicao-de-1988-consolidou-direitos-dos-trabalhadores>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.

Submetido em 12 de março de 2024.

Aprovado em 3 de junho de 2024.